

Varia

O debate sobre a pronúncia padrão brasileira nos preparativos para o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada (1945-1952)

Luciano Monteiro^{1,2} 

RESUMO

Em 1945, com o fim do Estado Novo, um grupo de intelectuais decidiu retomar o projeto de padronização da pronúncia proposto por Mário de Andrade e discutido no Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada (1937). A iniciativa coube inicialmente à Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, que não conseguiu levá-la adiante, e acabou incorporada aos planos do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa. Este trabalho investiga os preparativos para o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada, examinando sua repercussão na imprensa, sobretudo as declarações de membros da Comissão Organizadora do evento, e as reações de articulistas nos jornais. A investigação esclarece como o evento foi organizado, por que não aconteceu e quais eram suas motivações, abordando a perspectiva dos organizadores quanto à padronização da pronúncia como um projeto glotopolítico.

Palavras-chave: Língua nacional, Padronização linguística, Glotopolítica, Radiodifusão.

Recebido em: 20/08/2022

Aceito em: 01/11/2022

¹Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

²Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: lucianomonteiro.rj@gmail.com

Como citar

MONTEIRO, Luciano. O debate sobre a pronúncia padrão brasileira nos preparativos para o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada (1945-1952). *Gragoatá*, Niterói, v. 28, n. 60, e-56416, jan.-abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.56416.pt>

Este artigo investiga, a partir de uma perspectiva historiográfica, os preparativos para o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada, enfocando os debates sobre a padronização da pronúncia. O evento, que estava previsto inicialmente para julho de 1946, propunha retomar o projeto de Mário de Andrade após sua morte, em fevereiro de 1945. A documentação utilizada é inédita e se encontra nos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Na bibliografia do campo dos estudos linguísticos, a única menção ao Segundo Congresso se encontra em Monteiro (2021a; 2021b), que trazem poucas informações sobre a iniciativa.

A concepção desse evento remonta à edição anterior, o I Congresso da Língua Nacional Cantada, que aconteceu na capital paulista em 1937 e foi organizado por Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Os congressistas reunidos em São Paulo estabeleceram um padrão “culto” de pronúncia para o português falado no Brasil, recomendando sua adoção no teatro e no canto erudito e seu ensino em conservatórios, cursos de teatro e escolas públicas de todo o país. Mas essa pronúncia padrão não chegou a ser oficializada como esperavam os congressistas.

As normas aprovadas em 1937 eram uma versão modificada da fala carioca, pois excluía tudo o que parecia “condenável pelo seu carácter de plebeísmo repulsivo aos ouvidos” (ANAIS, 1938, p. 12). Os supostos “defeitos” que os congressistas atribuíam à pronúncia carioca coincidem com as formas linguísticas utilizadas pela população negra, mestiça e empobrecida da cidade, descrita como “inculta” pelos estudiosos de língua presentes ao evento. A justificativa para a escolha da fala do Rio de Janeiro, e não de outro local, era a sua percepção como a mais a mais evoluída, porque seria essa a variedade utilizada no principal centro político e intelectual do país desde o Império.

Outro argumento utilizado pelos congressistas para defender essa preferência era a suposição de que a fala carioca seria a síntese natural das demais variedades existentes no país. Essa alegação se baseava no fato de que o Rio de Janeiro era o Distrito Federal e que, por isso, recebia migrantes de todas as regiões do Brasil, atraindo inclusive membros das elites políticas e intelectuais locais. Esse tipo de mistificação se baseava numa imagem idealizada da cidade, que não era, de fato, aberta a incorporar aspectos linguísticos e culturais das populações de outras partes do país.

Os participantes do evento aprovaram esse padrão de pronúncia em caráter provisório, com a expectativa de seu “aperfeiçoamento” posterior. Eles sugeriram

a convocação de uma assembléa idêntica, em 1942, no Rio de Janeiro, afim de que se verifiquem os resultados obtidos pela aplicação das normas estabelecidas no Projeto de Língua Padrão aprovado por este Congresso de S. Paulo, e modificados os pontos que a prática ou o tempo tiverem tornado merecedores de revisão (ANAIS, 1938, p. 39).

A segunda edição não ocorreu na data sugerida devido, sobretudo, a mudanças no cenário político nacional após o golpe que instituiu a ditadura do Estado Novo. Embora os congressistas tivessem sugerido a realização do Segundo Congresso no Rio de Janeiro por iniciativa da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal e do Ministério da Educação e Saúde (MES), o Estado Novo tinha seus próprios projetos de política linguística e cultural. Não havia interesse em incorporar uma iniciativa promovida com patrocínio da elite paulista, que era o principal adversário histórico de Vargas.

Com o fim da ditadura, em novembro de 1945, foi instituído um governo de transição, encarregado de convocar eleições e garantir a posse do presidente eleito. Isso possibilitou a nomeação de novos titulares em cargos do Executivo estadual e municipal, criando a janela de oportunidade para a retomada do evento. A convocação do II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada apenas um mês depois da mudança da administração municipal do Distrito Federal mostra que quase uma década depois ainda havia interesse em dar continuidade à iniciativa.

Esse interesse não era motivado apenas pelo debate linguístico especializado, mas também pela dimensão política envolvida na padronização da pronúncia. A definição de uma variedade padrão é um gesto glotopolítico cujas consequências ultrapassam o âmbito do estudo da língua e do exercício de atividades profissionais a ela relacionadas. Envolve as relações de poder implicadas pelo uso da língua em uma sociedade, relações essas que atravessam projetos de construção de identidade nacional e contribuem para o prestígio ou o estigma associado a variedades locais e a comportamentos linguísticos específicos.

A glotopolítica se distingue de conceitos como política linguística e planejamento linguístico por considerar “as diversas abordagens que uma sociedade faz da ação sobre a linguagem, tenha ela ou não consciência disso” (GUESPIN; MARCELLESI, 2021, p. 11-12). Esse conceito se refere a “las intervenciones en el espacio del lenguaje, entendidas estas en un sentido amplio ya que pueden ser planificadas, explícitas, voluntarias, generadas por agentes - colectivos o individuales - que podemos identificar, o producidas “espontáneamente” sin mediadores claramente identificables” (ARNOUX, 2016, p. 19).

Nesta medida, o planejamento do II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada pode ser entendido como um projeto glotopolítico, tanto quanto o congresso organizado por Mário de Andrade em 1937. Este artigo descreve os preparativos para o evento, buscando situá-lo em seu contexto histórico, político e científico e identificar os traços que o distinguem da primeira edição. A investigação esclarece como esse congresso foi organizado, por que não aconteceu e quais eram suas motivações, examinando sua repercussão na imprensa, sobretudo as declarações de membros da Comissão Organizadora, e as reações de articulistas nos jornais.

Fontes sobre a organização do congresso

Esta investigação foi motivada pela descoberta da coleção documental que contém registros das atividades realizadas pela Comissão Organizadora do II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada. Essa coleção é formada por 214 folhas avulsas, que compreendem: a correspondência enviada e recebida pela Comissão Organizadora (ofícios, cartas e telegramas), a ata de sua primeira reunião, uma lista de representantes (delegados) das diversas instituições convidadas para o evento, resoluções da Prefeitura do Distrito Federal, um trabalho enviado pelo médico, antropólogo e filólogo Florival Seraine, da Academia Cearense de Letras, e recortes de jornal sobre o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada.

Também integram a documentação o Anteprojeto de Língua Padrão elaborado por Mário de Andrade e discutido na primeira edição do evento e as seguintes publicações:

- DEPARTMENT OF PHONETICS. *Lectures and Classes in Phonetics and Spoken English, session 1945-46* [programa de atividades acadêmicas do Departamento de Fonética do University College da Universidade de Londres]. Londres: University College, 1945.
- JONES, Daniel; DAHL, Ivar. *Fundamentos de Escritura Fonética de la Asociación Fonética Internacional*. Londres: University College, 1944.
- *Le Maître Phonétique* [revista da Associação Internacional de Fonética], v. 81, 82, 83 e 84.

Os ofícios, cartas, telegramas e resoluções encontrados no acervo sobre o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada registram parte das atividades realizadas na preparação do evento. Essa documentação é completada com os recortes de jornal reunidos através de um serviço conhecido hoje como *clipping*, ao que parece contratado pela própria Prefeitura. Embora essas não sejam propriamente fontes voluntárias, isto é, fontes elaboradas com o objetivo deliberado de registrar a iniciativa (como é o caso dos anais do congresso de 1937), os itens dessa coleção documental parecem selecionados no intuito de constituir uma memória a respeito da organização do evento.

A coleção documental encontrada nos arquivos da FCRB foi suplementada por buscas no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Esse levantamento, que abrange as décadas de 1940 e 1950, encontrou menções ao evento apenas em textos veiculados na imprensa entre 1945 e 1946. Essas fontes complementam os recortes reunidos pela Comissão Organizadora, o que ajuda a acompanhar em detalhe a circulação de informações a respeito do evento na imprensa.

As notícias sobre o congresso seguem um princípio parafrástico na sua construção, repetindo ou resumindo aquilo que diz a fonte da

informação divulgada – que poderia ser tanto uma nota enviada à redação pelos organizadores quanto uma notícia ou entrevista publicada em outro jornal. A exemplo disso, a maior parte das notícias veiculadas entre dezembro de 1945 e janeiro de 1946 reproduz literalmente (ou quase) a resolução nº 31, publicada pela Prefeitura no Diário Oficial do Distrito Federal, autorizando a realização do evento.

A exploração das fontes também se deu pelo cruzamento das leituras, buscando compreender umas a partir das outras. As entrevistas publicadas na imprensa e a documentação produzida pelas instituições que se envolveram na preparação do evento revelam as expectativas dos organizadores, as dificuldades encontradas e as soluções propostas para levar adiante a iniciativa.

A mobilização institucional em torno da iniciativa

Na entrevista que concedeu ao *Jornal do Commercio*, Jacques Raimundo esclareceu que a ideia de realizar a segunda edição do Congresso da Língua Nacional Cantada se deve “a um apelo do professor Maciel Pinheiro” (*Jornal do Commercio*, 24/03/1946, p. 8). Francisco Gomes Maciel Pinheiro era paraibano, formado em medicina e lecionava física na Escola Rivadávia Corrêa. Nas atividades de divulgação científica pelo rádio, era discípulo do antropólogo e educador Edgard Roquette-Pinto, com quem trabalhou em diferentes instituições, como o Instituto Nacional de Cinema Educativo, a Superintendência de Difusão Cultural do Distrito Federal e a PRD-5, a rádio educativa da Prefeitura (GILIOLI, 2008, p. 273).

Maciel Pinheiro assumiu a direção dessas entidades após a saída de Roquette-Pinto e foi também o primeiro diretor da Discoteca Pública do Distrito Federal, criada pela Prefeitura em 1941. A instituição, que foi a segunda do gênero no país, era inspirada na Discoteca Pública de São Paulo, criada por Mário de Andrade em 1935 e dirigida por sua discípula, a musicóloga Oneyda Alvarenga. Assim como sua antecessora paulistana, a Discoteca Pública do Distrito Federal tinha como atividades básicas o atendimento ao público ouvinte, a produção de registros fonográficos e a realização de pesquisas, que compreendiam:

Música brasileira – Seleção de músicas brasileiras em gravações, destinadas a facilitar às autoridades na remessa para o exterior das melhores músicas, bem como para conquista de turistas (a esses é fornecida uma lista com comentários em cinco línguas).

Pesquisas de Folclore brasileiro – Estão sendo gravadas cantigas de ninar, de roda, etc., sob um plano da professora Cecília Meirelles.

Fonética experimental – Iniciados estudos sobre a fonética da língua brasileira, como prosseguimento às feitas em São Paulo, por ocasião do Congresso da Língua Cantada.

Arquivo sistematizado da palavra – Como referência cultural de escritores, artistas e cientistas, etc (*A Manhã*, 18/01/1942, p. 7).

Em janeiro de 1946, enquanto os jornais noticiavam a realização do evento, a Discoteca Pública começava a gravar “textos de escritores nacionais contemporâneos, com o fim de fixar a pronúncia da gente culta, proporcionando, dessarte, valioso subsidio ao II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada” (*Brasil-Portugal*, 15/01/1946 e *Diário de Notícias*, 15/01/1946), e também “discos com pessoas cultas, cuja pronúncia tanto quanto possível, se aproxime da carioca, tida como a pronúncia padrão do Brasil. Esses discos serão enviados aos professores de português na América do Norte e do Sul e servirão para orientar o ensino” (*Brasil-Portugal*, 16/01/1946 e *Diário de Notícias*, 16/01/1946 e *A Manhã*, 17/01/1946).

As primeiras notícias sobre o evento apareceram no final de 1945, momento em que a administração pública passava por diversas mudanças devido à saída de Vargas da Presidência. Em novembro daquele ano, com o fim da administração do médico e advogado Henrique Dodsworth, que foi prefeito do Distrito Federal durante o Estado Novo, o jurista Filadelfo de Azevedo foi nomeado prefeito, com Fernando Antônio Raja Gabaglia na SGEC. No mês seguinte, foi publicada no Diário Oficial do Município a resolução nº 31, que autorizava a realização do II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada, a criação de uma Comissão Organizadora e a publicação posterior das conclusões do evento e dos trabalhos apresentados.

O texto da resolução, que se encontra na coleção documental depositada na FCRB, assume como premissas que “a unidade da língua é um dos fatores da coesão nacional”; que “o nosso idioma é largamente estudado nos países americanos”; que “há conveniência em fixar-se a pronúncia padrão, para fins de ensino, da radiodifusão, do teatro, da cinematografia”; que o congresso de 1937 “decidiu que a pronúncia do Rio de Janeiro deve ser julgada a norma para o idioma português falado no Brasil”; que “essa pronúncia [representa] uma média entre as prosódias brasileiras e lusitanas”; que “deve ser estudada com caráter científico, comparando-se com as outras regiões do país, para que sejam excluídas do padrão as formas estritamente locais”.

O documento propõe a criação, “a título precário ou de experiência”, de um serviço para organizar pesquisas linguísticas sobre o português falado no Brasil. A iniciativa caberia à Prefeitura, através da SGEC, que, com “um pequeno número de funcionário[s], do próprio quadro atual, sob a orientação de um técnico, poderá realizar o trabalho, em horas fora do expediente comum [...] de duas a quatro horas diárias a mais”. A expectativa era que aos poucos essa seção se tornasse “um verdadeiro Instituto, que noutros países consome somas bastante vultosas. Criando-a e mantendo-a modestamente, a Prefeitura marcará uma época e terá instituído um dos serviços mais préstimos e notáveis”.

Após a publicação da resolução que autorizava a realização do evento, o secretário geral de educação e cultura, Fernando Antônio Raja Gabaglia, passou a nomear os membros da Comissão Organizadora.

Dentre os convocados, 6 tinham participado do congresso de 1937 – Antenor Nascentes, Cândido Jucá Filho, Carlos Marinho de Paula Barros, Edgard Roquette-Pinto, José de Andrade Muricy e José Oiticica. Em 29 de dezembro de 1945, ocorreu no auditório do Instituto de Educação a cerimônia de posse da Comissão Organizadora e, em seguida, sua primeira reunião, à qual compareceram 10 dos 22 membros.

Nessa mesma ocasião, foram estabelecidas as atribuições de seus integrantes:

[...] presidente, Roquette-Pinto; 1º vice-presidente, Souza da Silveira; 2º vice-presidente, padre Augusto Magne; 3º vice-presidente, Otelo de Souza Reis; 1º secretário, Jaques Raimundo; 2º secretário, Fernando Segismundo; coordenadores: Francisco Maciel Gomes Pinheiro, difusão cultural; Oswaldo Serpa, Laboratório de Fonética Experimental; Fernando da Silveira, Pesquisas Educacionais (*Gazeta de Notícias*, 30/12/1946, p. 5; *Diário de Notícias*, 30/12/1945, p. 6).

Essa lista aumentou no final de janeiro de 1946, quando Antenor Nascentes foi nomeado 4º vice-presidente da Comissão Organizadora.

Na ata da reunião, constam informes, propostas, decisões e algumas homenagens póstumas. Os informes são de que o MES foi comunicado sobre o evento e que quatro instituições – Centro de Pesquisas Educacionais, Laboratório de Fonética Experimental do Instituto de Educação (inaugurado naquela mesma ocasião), Discoteca Pública e a Filmoteca Pública do Distrito Federal – dariam assistência técnica ao evento. Foram sugeridos como colaboradores da comissão os nomes de Ismael Lima Couto, Mattoso Câmara Jr, Daltro Santos e Júlio Nogueira.

A comissão aprovou uma “moção de aplausos” ao prefeito Filadelfo de Azevedo, que foi declarado presidente de honra do congresso juntamente com o secretário geral de educação e cultura, Fernando Antonio Raja Gabaglia. Dentre os assuntos abordados na ocasião há também as homenagens a Mário de Andrade, o agendamento da segunda reunião, que teria ocorrido na semana seguinte no auditório do Centro de Pesquisas Educacionais, e os eixos temáticos para a apresentação de comunicações.

A lista de temas, sugerida por Souza da Silveira, foi a seguinte:

- I - Exposição da pronúncia de qualquer localidade brasileira.
- II - Exposição da pronúncia do Rio-de-Janeiro, admitida como normal.
- III - Ensino, nas escolas primárias e secundárias, da língua falada.
- IV - Utilização do rádio como instrumento de difusão da boa língua falada.
- V - A língua no teatro, na declamação e nos discursos e conferências.
- VI - A leitura e a elocução oral expressivas.
- VII - A pronúncia normal e as restrições que deve sofrer na língua cantada. (INSTALAÇÃO da Comissão Organizadora, p. 4)

A ocasião contou com cobertura de diferentes jornais do Distrito Federal. As fotografias a seguir foram feitas durante cerimônia e publicadas junto às notícias a respeito.

A Figura 1 (A, B) mostra por diferentes ângulos uma sala de reuniões do Instituto de Educação onde há uma mesa com cerca de 20 lugares, tendo ao centro um aparelho de telefone e ao redor os integrantes da Comissão Organizadora trajados com a formalidade requerida.



Figura 1 - Fala do Secretário Geral de Educação e Cultura Raja Gabaglia durante a primeira reunião da organização.

Fontes: A: *O Globo*, 04/01/1946; B: *A Noite*, 04/01/1946, p. 4

A Figura 2 (A, B) mostra os mesmos personagens em outro local, posando para fotografia diante de um equipamento de fonética experimental e assistindo a uma demonstração de uso do aparelho. O jornal *A Manhã* publicou a fotografia 2A em sua coluna social, sob o título “As ultimas recepções da sociedade carioca” (*A Manhã*, 06/01/1946, p. 2).

Não há na documentação outros registros detalhados como esse. As informações posteriores a respeito da rotina de reuniões da Comissão Organizadora se encontram nas matérias veiculadas pelos jornais. Uma nota publicada duas semanas após a solenidade no Instituto de Educação informa que a organização do evento “está se reunindo duas vezes por

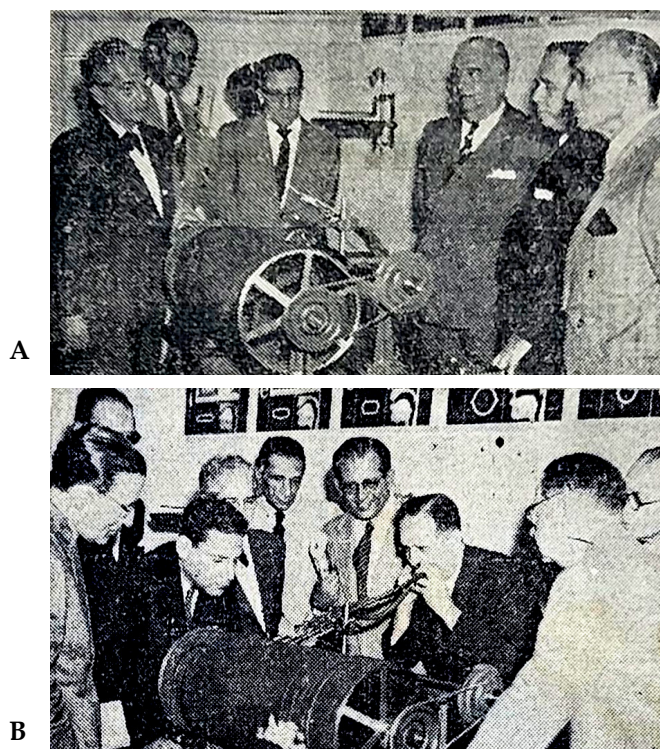


Figura 2 - A: “Membros organizadores do 2º Congresso da Língua Nacional Cantada e Falada examinavam um dos aparelhos de gravação do Laboratorio Experimental de Fonética”; **B:** Oswaldo Serpa realiza a demonstração de um instrumento do laboratório de fonética.

Fontes: A: *Resistência*, 30/12/1945; B: *Diário de Notícias*, 30/12/1945

semana na Secretaria Geral de Educação e Cultura”, mas não há outros indícios que confirmem isso. O mesmo texto afirma que “os trabalhos da Comissão, que são os de reunir material para o Congresso, acham-se bastante adiantados, neles podendo tomar parte qualquer pessoa interessada” (*Diário Carioca*, 15/01/1946, p. 8).

É possível acompanhar as atividades de membros da Comissão Organizadora através dos ofícios enviados e recebidos. Em 16 de janeiro, Carlos Domingues escreveu ao Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e à Diretoria de Ensino Secundário do MES, solicitando nome, endereço e local onde trabalham aqueles professores que pudessem se interessar pelo evento. Entre os dias 21 e 22, Raja Gabaglia contactou outras instituições¹ governamentais, pedindo que designassem seus respectivos representantes no evento. Entre janeiro e fevereiro, Jaques Raimundo enviou mais de 40 ofícios com a mesma solicitação a Academias de Letras, Institutos Históricos e Geográficos e associações profissionais, entre outras instituições.²

¹Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Marinha, Ministério da Aeronáutica e Ministério da Guerra.

²Associação Brasileira de Imprensa, Associação Brasileira de Educação, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia, Instituto Lafayette, Faculdades Católicas, Sociedade de Amigos de Alberto Torres, Sociedade de Autores Teatrais, Sociedade de Artistas Brasileiros, Instituto Brasileiro de Cultura, Associação Brasileira de Rádio, Academia Brasileira de Teatro, Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

Os ofícios enviados às Academias de Letras de todo o país incluíam um pedido de colaboração no levantamento de dados sobre as variedades linguísticas locais.

As contribuições regionais, observadas em estudos, ou registadas em monografias e teses, serão da maior relevância. Todo o material que se puder colher no tocante á pronúncia local, á mórfica e a usos sintáticos, bem como quanto ao vocabulário, terão particular interesse, devendo ser colhidos cuidadosamente e quanto for possível (OFÍCIO 12, Ao Exmo. Sr. Presidente da Academia Amazonense de Letras, p. 1).

A Comissão Organizadora também contactou algumas instituições estrangeiras. Ainda em janeiro, Maciel Pinheiro escreveu ao *British Council* no Brasil, solicitando bibliografia sobre fonética. O material fornecido consiste nas publicações em inglês, francês e espanhol mencionadas acima, na descrição das fontes. Jaques Raimundo enviou ofícios para o Instituto de Filologia da Universidade de Buenos Aires e a *Modern Language Association of America* em busca de colaboração científica e de registros fonográficos da pronúncia brasileira utilizados no ensino de português para estrangeiros.

Fora isso, a imprensa divulgou que

A Comissão organizadora do II Congresso Nacional de Língua Cantada e Falada oficiou a mr. Stuart Annan, representante da B.B.C. do Brasil, solicitando que, por intermédio dos locutores brasileiros, atuando na emissora londrina, sejam feitas pesquisas no Instituto de Fonética da Universidade de Londres, sobre pronuncia brasileira da lingua portuguesa.

Esse estudo destina-se à formação de material para ser usado no próximo Congresso de Língua Falada e Cantada, promovido pela Prefeitura do Distrito Federal (*Diário de Notícias*, 05/02/1946).

As mudanças ocorridas na administração do Distrito Federal no final de janeiro de 1946, com a posse de Hildebrando de Araújo Góis na Prefeitura e Fioravanti di Piero na SGE, não chegaram a interromper os trabalhos da Comissão Organizadora, mas os registros dessas atividades se tornaram menos frequentes.

Em julho de 1946, quando estava prevista a realização do congresso, a imprensa publicou uma nota, informando o adiamento do evento.

O secretario geral de Educação e Cultura, devidamente autorizado pelo prefeito, baixou hoje a seguinte resolução:

Considerando que os serviços preparatorios do II Congresso Nacional da Língua Falada e Cantada não poderão estar concluídos senão dentro alguns meses, em razão de sua complexidade, e das dificuldades de comunicações com os centros culturais dos Estados da União, resolve adiar a abertura do II Congresso Nacional da Língua Falada e Cantada para a data de 15 de novembro do ano corrente (*O Jornal*, 13/07/1946, seção 2, p. 3).

A documentação encontrada nos arquivos da FCRB indica que os organizadores continuaram a realizar individualmente tarefas relacionadas à preparação do evento.

Chegado o mês de novembro de 1946, o congresso novamente não ocorreu. A única menção ao evento encontrada nesse período foi uma nota publicada no *Boletim Geográfico do IBGE*, na seção dedicada eventos acadêmicos e científicos:

Por força das dificuldades decorrentes da atual carência de transporte, que não permite viagens rápidas e prefixadas, foi transferida para 16 do corrente mês a instalação do II Congresso Nacional de Língua Falada e Cantada, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. [...]

O adiamento, a par do melhor planejamento dos trabalhos que então serão levados a efeito, dará também ensejo à aplicação mais conveniente dos aparelhos que funcionarão nos laboratórios de fonologia experimental (NOTICIÁRIO, 1946, p. 1004).

Embora mencione as causas do último adiamento, o texto informa que a abertura do congresso, que estava prevista para o dia 15, foi transferida 16 de novembro. Depois disso, não há qualquer registro de atividade de membros da Comissão Organizadora.

Na documentação encontrada nos arquivos da FCRB, há um rascunho de resolução, sem data, atribuído ao prefeito do Distrito Federal, autorizando a realização em agosto de 1947 do “I Congresso Nacional de Dialectologia”. O texto começa pela justificativa dessa iniciativa com considerações semelhantes às que constam na resolução nº 31, de 7 de dezembro de 1945. Ambos defendem a ideia de uma pronúncia oficial brasileira informada pela pesquisa dialetológica sem desafiar com o “respeito ao padrão clássico da língua herdada dos nossos maiores”.

As diretrizes para a organização desse evento se assemelham muito às orientações relacionadas ao II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada, sugerindo que o segundo texto era uma variação do primeiro. O documento ordena a nomeação de uma Comissão Organizadora com as mesmas atribuições e a criação, “a título precário, [de] uma seção especializada, na qual se ordene o material necessário ao Congresso e aos que se realizarem posteriormente de cinco em cinco anos”. Para nomear os funcionários da nova seção e garantir o pagamento de suas gratificações, estabelece

que a dita seção, de acordo com a respectiva Comissão Organizadora, se incumba também de ordenar o material necessário ao II Congresso Nacional da Língua Falada e Cantada, atendendo-se que o interesse do referido Congresso envolve assunto de caráter fonético regional (RASCUNHO de Resolução do Prefeito, p. 3).

Essa passagem mostra que o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada ainda tinha lugar na agenda política da Prefeitura do Distrito

Federal, mas não era a principal iniciativa no campo dos estudos linguísticos. Sua realização deixa de ser prioritária, passando a depender de um aparato institucional que, embora semelhante ao proposto anteriormente, era dedicado outro projeto.

Mesmo assumindo que esse documento fosse apenas um rascunho e que a decisão ali registrada não tenha produzido efeitos práticos, não há dúvidas de que ele indica uma mudança de perspectiva. Essa mudança reflete, de certo modo, a instabilidade da própria administração municipal no período. Entre novembro de 1945, quando tem início o governo de transição instituído com o fim do Estado Novo, e agosto de 1947, data prevista para o I Congresso Nacional de Dialectologia, a cidade teve três prefeitos diferentes – quase um prefeito por ano. Se o recorte for estendido até o início da década seguinte, a média se repete na Secretaria Geral de Educação e Cultura – quase um secretário por ano.

O debate sobre o Segundo Congresso na imprensa

As notícias sobre o evento podem ser divididas em dois momentos. O primeiro, entre dezembro de 1945 e fevereiro do ano seguinte, é o que concentra a maior quantidade de inserções, indicando certo entusiasmo em torno da iniciativa. O segundo, de março a dezembro de 1946, se caracteriza pela redução na frequência de ocorrências, com notas curtas ou menções em notícias sobre outras iniciativas da Prefeitura.

A primeira fase também foi marcada pela veiculação de entrevistas com nomes ligados à Comissão Organizadora e artigos de opinião a respeito do evento. O que há de comum à maioria dessas publicações é o reconhecimento da contribuição de Mário de Andrade – por elaborar o anteprojeto de língua padrão e colocar em discussão os temas da unidade da “língua nacional” e da identidade linguística nas performances artísticas – e da necessidade de retomar o debate sobre a pronúncia padrão a partir das conclusões do I Congresso da Língua Nacional Cantada.

Mário de Andrade faleceu em 25 de fevereiro de 1945, quase um ano antes do anúncio da segunda edição do evento. Sua morte foi amplamente divulgada, provocou grande comoção na imprensa e motivou inúmeros artigos, que destacavam a relevância de sua obra literária, a diversidade dos campos do saber em que contribuiu como intelectual e sua militância institucional como diretor do Departamento de Cultura. Essas circunstâncias intensificaram a vinculação da memória de Mário de Andrade à realização do Segundo Congresso, algo que foi utilizado por entusiastas da iniciativa para lhe conferir legitimidade.

O crítico musical Andrade Muricy, que estava entre os congressistas de 1937 e cujo nome aparece entre os organizadores do Segundo Congresso, foi aquele que elaborou essa conexão da forma mais eloquente ao afirmar que “Mário de Andrade teria um momento de felicidade, se vivo fosse, diante da dívida em que o Brasil ficou para com ele, da obrigação de continuar a sua obra” (*Jornal do Commercio*, 19/12/1945). A percepção da

segunda edição como movimento de retomada das propostas aprovadas em 1937 aparece também em outros textos veiculados pela imprensa.

Os trechos a seguir mostram como essa formulação adquire feições diferentes de acordo com a área de atuação do articulista. O primeiro artigo da sequência foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* pelo filólogo Graco da Silveira Santos, que era professor da Escola Normal de Itapetininga e apresentou um trabalho no I Congresso da Língua Nacional Cantada. Ele explica a importância da obra de Mário de Andrade, alegando que

o homem cerebral de certo modo se completava com o homem de coração e esta rara unidade interior, aliada a uma energia sem desfalecimentos, tão fecunda em resultados práticos e teóricos, levou-o a percorrer o interminável labirinto das manifestações artísticas e sociais contemporâneas. É o que explica ter o autor de “Macunaíma” se preocupado até com assuntos que reclamam grande especialização teórica, tal o caso do Idioma Nacional. Ainda assim encontrou ele o modo mais inteligente de estudar o assunto, promovendo um conclave de especialistas de diferentes regiões dialetais do país (*O Estado de S. Paulo*, 04/06/1946, p. 9).

A segunda citação foi extraída de um artigo apócrifo, intitulado *A unidade linguística*, publicado no jornal *Correio da Manhã*.

Reunido em São Paulo, em 1936, o I Congresso de Língua Nacional Cantada decidiu que a pronúncia, numa média entre as prosódias brasileira e lusitana, devia ser estudada com caráter científico, comparando-se com as de outras regiões do país, para que fossem excluídas do padrão as formas estritamente locais. A coesão nacional que se procura obter através da unidade linguística representa um esforço altamente patriótico. Mas a sua consecução está a depender de medidas práticas e gerais, que venham a anular as diversidades regionais, aparentemente mínimas, mas poderosamente influentes (*Correio da Manhã*, 07/12/1945).

A passagem a seguir se encontra em um texto publicado na coluna musical de “M. Cabral”, no jornal carioca *Tribuna Popular*.

[...] as conclusões apuradas no referido conclave lamentavelmente pouco modificaram a pedagogia do canto entre nós. O que se ensina por aí, em matéria de língua nacional cantada ainda é uma trapalhada italianizada, afrancesada, em bases empíricas, ao sabor da pronúncia ou do comodismo de cada um. Muitos viram na iniciativa oportuníssima de Mário apenas uma atitude literária e passado o congresso, publicados os respectivos “anais”, voltaram aos processos pedagógicos antigos, como se nada houvesse acontecido (*Tribuna Popular*, 11/12/1945).

A próxima citação, extraída da coluna musical assinada por Antônio Bento no jornal *Diário Carioca*, traz argumentos idênticos aos utilizados pelo próprio Mário de Andrade na introdução de seu anteprojeto de língua padrão.

Não se compreende, por exemplo, que alguns artistas do teatro nacional tenham um sotaque português intolerável. Quando estão fora do palco, eles falam como quaisquer brasileiros. [...] Fenômeno idêntico acontece com muitos de nossos cantores. Mesmo cantando peças brasileiríssimas, parecem tenores ou sopranos da Itália.

Com a adoção da Língua Nacional Falada e Cantada, desaparecerão essas anomalias. Nesta época de radiodifusão generalizada, o Brasil necessita de muito a sério dessas questões, que são indispensáveis à unidade de nossa cultura (*Diário Carioca*, 27/12/1945, p. 6).

Os artigos e entrevistas que circularam na imprensa também ajudam a entender as perspectivas de membros da Comissão Organizadora e suas expectativas em relação ao evento. Na entrevista que concedeu a *O Globo*, o ator, escritor e músico Nelson Vaz – cujo nome aparece na primeira lista de membros da Comissão Organizadora – elogia a Prefeitura do Distrito Federal por incentivar o estudo das “várias modalidades das pronúncias brasileiras”, mas não vê com o mesmo entusiasmo o estabelecimento de uma pronúncia padrão brasileira pelos participantes do II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada. No início da conversa, ele observa

que no Rio e em Lisboa foram assinados no dia 8 deste mês os decretos pelos quais os Governos do Brasil e de Portugal aprovaram o acordo celebrado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa para unidade da língua portuguesa. Essa unidade é, como se sabe, apenas ortográfica, mas, relativamente à prosódia, o Vocabulário Oficial trará, sem dúvida, os necessários esclarecimentos, de modo que me parece inútil disso cogitar o anunciado Congresso (*O Globo*, 05/12/1945).

A prioridade do evento deveria ser, segundo ele, “o trabalho de policiamento” do idioma. Cabe aos intelectuais atuar como “vigilantes contra a deformação falada e escrita dos vocábulos”, não se limitando ao rádio, ao teatro e ao cinema. A vigilância deve “estender-se aos anúncios luminosos, aos letreiros e cartazes em bondes, ônibus, casas comerciais – enfim, onde quer que seja possível interceder, ou mesmo intervir”. Ao retornar do congresso, os representantes enviados por diferentes estados brasileiros poderiam atuar como multiplicadores desse movimento.

A segunda e última parte da entrevista foi dedicada a um projeto de Nelson Vaz que pretendia instituir uma política linguística nacional dedicada ao policiamento do idioma. A proposta foi enviada a Gustavo Capanema e, posteriormente, à Academia Brasileira de Filologia, solicitando que os membros da instituição intercedessem a seu favor junto ao ministro. O projeto propunha um aparato burocrático especializado no Departamento de Educação do MES: o setor “Disciplinar da Linguagem”, que abrange uma seção de Propaganda e outra de Imprensa. A instituição ficaria responsável pela oferta permanente de um curso gratuito de revisão, obrigatório para a contratação em veículos de imprensa e editoras.

Outro intelectual ligado à Comissão Organizadora e que falou à imprensa sobre o evento foi Clóvis Monteiro, que era professor do Colégio Pedro II. Na entrevista que concedeu ao jornal *O Globo*, ele lembra que “são diversos os fatores que influem nas diferenciações de pronúncia de qualquer língua, sendo de contar entre eles o meio físico, as influências étnicas e o grau de instrução do povo”. Neste sentido, afirma que, embora a tendência “nos meios cultos” seja “imprimir à pronúncia da língua considerada nacional [...] normas baseadas na sua origem e na sua história”, a pronúncia normal brasileira “terá de divergir em muitos pontos da pronúncia usual portuguesa”.

Clóvis Monteiro reconhece que “em muitos casos, principalmente na Europa, a língua nacional ou literária derivou de um dialeto que se impôs ao uso geral, ou pela importância política da região em que era falado ou pelo prestígio literário que assumiu”. Mas pondera que

o conhecimento científico que hoje se possui da origem e da história das línguas cultas nos facultam meios de estabelecer normas de pronúncia a que se não possa opor a preferência desta ou daquela região que se julgue, por qualquer motivo, depositária de direitos superiores às das demais. [...] No caso do Brasil [...] não é lícito que se imponha como modelo a pronúncia de qualquer das nossas regiões. Aqui não tivemos língua nacional oriunda de um dialeto. Recebemos e conservamos no uso literário e oficial uma língua já feita, portadora de rica literatura e cujos segredos não podem ser ignorados pelo menos por aqueles que a ensinam (*O Globo*, 09/01/1946).

Sua conclusão caminha no sentido oposto àquela sustentada pelos congressistas de 1937. Considerando o avanço da pesquisa linguística na época, ele afirma que “já não podemos mais incorrer nos mesmos enganos do ilustre gramático português, Jerônimo Soares Barbosa, que [...] tomava por base o falar da corte e apontava como erradas formas correntes nas províncias”. Essa argumentação soa como uma crítica ou, no mínimo, uma contraposição à escolha da fala carioca como base para a pronúncia padrão brasileira, escolha essa que foi proposta por Mário de Andrade e aprovada pelos estudiosos reunidos no I Congresso da Língua Nacional Cantada.

Souza da Silveira, que era catedrático de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e 1º vice-presidente da Comissão Organizadora, foi entrevistado em fevereiro de 1946 pelo *Correio Paulistano*. No início da entrevista, ele destacou como “aperfeiçoamento” a designação do evento, em que “se juntou à língua cantada a língua falada”. Essa mudança responderia às especificidades daquele período, marcado pela difusão de novas tecnologias de comunicação, como a radiodifusão, a cinematografia e a telefonia, e também pelas consequências culturais desse processo.

O desenvolvimento da indústria técnica do rádio veio aumentar ainda mais o grande relevo que a língua falada já possuía na conversação no teatro. nas catedras, nas conferências, nas tribunas, nos pulpitos,

nos comícios, etc. Hoje a sua atuação pelo rádio se compara com a da palavra escrita na imprensa. quanto à eficiência de divulgação de idéias, orientação da opinião pública, crítica nos atos governamentais, discussão de ideias partidárias e, também, na difusão do ensino (*Correio Paulistano*, 10/02/1946, p. 8).

Sobre os critérios para determinar a pronúncia padrão brasileira, ele se declarou favorável à manutenção daquilo que foi proposto na primeira edição do evento. Seus argumentos eram basicamente os mesmos expostos por Antenor Nascentes e ratificados pelos demais congressistas, que o seguiram na votação do anteprojeto de língua padrão. Souza da Silveira, como o próprio Mário de Andrade, também enfatizava que a intenção não era tornar obrigatória impor a pronúncia carioca às demais regiões do país.

Pretender impôr uma pronúncia única seria coisa inexecutável e antipática. A escolha de uma pronúncia normal tem por fim, sobretudo, adotar-se um ponto de referência, ou melhor, um ponto de convergência para as pronúncias periféricas, as quais devem constantemente olhar para a pronúncia padrão como para um limite do qual é útil aproximar-se, embora lhes seja impossível atingir (*Correio Paulistano*, 10/02/1946, p. 8).

A segunda edição do evento seria, segundo ele, uma oportunidade para elaboração de uma política linguística capaz de levar adiante esse propósito. “O Congresso pode ser útil planejando meios objetivos e recomendando a execução dos mesmos, a fim de que se cuide mais desse importante assunto, do que o que se tem feito até o presente momento”. A retomada do debate sobre a padronização da pronúncia nos ajudaria também a alcançar “uma língua falada mais clara e mais agradável”, em lugar dos “discursos gritados e chorados ou monótonos, como tantos que por vezes ouvimos”.

A imprensa escrita não foi o único meio de comunicação utilizado na divulgação do evento. A PRD-5, emissora educativa da Prefeitura do Distrito Federal, também conhecida como rádio Roquette Pinto, transmitiu “uma série de palestras em torno dos objetivos do II Congresso Nacional da Língua Falada e Cantada”. Esses programas eram apresentados nas noites de sábado e tiveram início no dia 23 de março de 1946, com a participação de Jacques Raimundo, que era professor do Instituto de Educação do Distrito Federal e 1º secretário da Comissão Organizadora. O texto de sua palestra, publicado na íntegra pelo *Jornal do Commercio* no dia seguinte, sustentava que

A língua portuguesa, na América e na Europa, é a mesma, se a apreciamos quanto à morfologia e a sintaxe. Guarda-se inalterado o sistema flexional de número, gênero e grau; prevalece intacto o processo de derivação por afixos ou deverbalismo; conservam-se as palavras típicas ou caracterizantes, como os pronomes pessoais, os indefinidos e os relativos, os determinativos e os numerais, as palavras de síntese, as particulares de relação e as da hipótese. [...]

Mas, fonologicamente, o português-americano afasta-se ou distancia-se do português europeu, diferenciando-se e criando um aspecto dialetal.

As vogais, no clima brasileiro, nem sempre coincidem com as que se observam no clima peninsular. Sente-se, fisicamente, que há diferença na entonação, no timbre, na quantidade, na intensidade (*Jornal do Commercio*, 24/03/1946, p. 8).

Isso tornava necessário descrever “as variedades observáveis quanto aos valores fonéticos em nosso extenso território”. Somente a partir desse trabalho seria possível saber o que se pode admitir como pronúncia padrão. A variedade estabelecida como referência normativa ajudaria a preservar a “unidade do idioma” ao ser ensinada na escola “primária, onde se alicerça a nacionalização, e na secundária, onde ela se fortalece com a cultura humana”. Os benefícios se estenderiam, segundo ele, ao locutor e ao radio-ator, propagando-se também entre seus ouvintes.

Jacques Raimundo defendeu como critério para estabelecer a pronúncia padrão uma concepção semelhante àquela encontrada na resolução que autoriza a realização do evento. A diferença é que sua proposta não consiste em “uma média entre as prosódias brasileiras e lusitanas”, mas “uma pronúncia média, tomada como padrão, entre as várias pronúncias locais ou regionais verificadas no território da República”. Não fica claro, no entanto, se ele considera que a pronúncia do Distrito Federal cumpre esse requisito por ser a variedade utilizada na capital da República, para onde confluem brasileiros de todas as partes do país – argumento utilizado por Antenor Nascentes e endossado pelos congressistas de 1937.

Nas páginas dos jornais também havia críticas e questionamentos à realização do evento. As principais vozes a se manifestar neste sentido foram Cruz Cordeiro e Oneyda Alvarenga. O escritor e crítico musical José da Cruz Cordeiro Filho questiona as intenções da iniciativa em sua coluna para *O Jornal*. No artigo intitulado *Conflito de jurisdição linguística*, ele observa que as notícias sobre o evento mostram certa flutuação entre as denominações “Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada” e “Congresso Nacional da Língua Falada e Cantada”. Embora considerasse que a variação pudesse ser apenas um erro que passou despercebido, ele encontrou nesse fato um mote para discutir o acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa.

Cruz Cordeiro parece reagir às declarações de Nelson Vaz na entrevista que deu ao jornal *O Globo*, publicada na semana anterior. Ele destaca que um dos anexos do referido acordo propunha a “reunião, na cidade do Rio de Janeiro, e na primeira oportunidade, de um Congresso de Língua Portuguesa”. O deslocamento do adjetivo “nacional”, que passou de qualificador da língua para qualificador do próprio congresso é percebido como indício da possível instrumentalização do evento idealizado por Mário de Andrade. Embora não possa ser confirmada, a suspeita levantada por Cruz Cordeiro reforça que havia uma disputa pela

definição dos objetivos do evento e que esse debate não ficava restrito aos membros da Comissão Organizadora.

A musicóloga Oneyda Alvarenga, então diretora da Discoteca Pública Municipal da cidade de São Paulo, falou sobre o Segundo Congresso na entrevista que concedeu ao jornal *Folha da Manhã*. Além de trabalhar ao lado de Mário de Andrade nas pesquisas realizadas pelo Departamento de Cultura, ela atuou na organização do I Congresso da Língua Nacional Cantada. Embora a morte do escritor tenha motivado inúmeras manifestações de admiração e de reconhecimento da importância de seu legado, havia dois intelectuais ligados à Comissão Organizadora do evento que não o mencionaram nas entrevistas que concederam ao jornal *O Globo* – Nelson Vaz e Clóvis Monteiro.

Oneyda parece ter reagido a esse fato durante sua entrevista ao declarar que

Causa-me certa estranheza – continuou S. Sa. – o fato de não fazerem as notícias referência à realização do Primeiro Congresso da Língua Cantada e nem tampouco à atuação de Mário de Andrade, a quem, sem favor algum, cabe a primazia da idéia em nosso País. Foi Mário de Andrade quem idealizou e promoveu o primeiro certame, chamando a atenção dos estudiosos para a necessidade de uniformização da pronúncia da língua nacional no canto erudito e no teatro (*Folha da Manhã*, 19/01/1946).

Apesar de reconhecer que os congressistas de 1937 tinham recomendado que a segunda edição fosse realizada no Rio de Janeiro, por iniciativa da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Oneyda Alvarenga considerava inútil a convocação do evento para julho de 1946.

De fato, as conclusões a que chegou o Primeiro Congresso e as normas que aconselhou não foram ainda submetidas a verificação sistemática por parte do teatro, nem tampouco se criaram laboratórios de fonética experimental, conforme preconizou o primeiro certame. Daí se conclui que o Segundo Congresso, se quiser verificar as conclusões do primeiro, não disporá dos instrumentos adequados para tal: a prática dos atores e as provas científicas.

Assim sendo, este Segundo Congresso de Língua Falada e Cantada representará apenas a repetição de uma experiência (*Folha da Manhã*, 19/01/1946).

Ela também disse ser “assaz discutível” a declaração feita por Clóvis Monteiro de que, “para a elaboração da língua-padrão, não será tomada por base nenhuma das práticas de pronúncia verificadas nas diversas regiões do país”. Mas preferiu não entrar em detalhes sobre essa questão.

A incorporação às atividades da Casa de Rui Barbosa

Outra resolução sem data, desta vez atribuída ao MES, convocava o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada para julho de 1952. Esse documento foi redigido em papel comum, sem o timbrado da

instituição, e seu teor é muito semelhante ao encontrado na resolução publicada pela Prefeitura do Distrito Federal em dezembro de 1945. A principal diferença é que ele não traz as instruções para a sua organização pela instância competente. O texto começa exatamente com as mesmas considerações e traz, a seguir, três resoluções quase idênticas àquelas que autorizavam a convocação do evento para julho de 1946.

No final da página, abaixo da parte datilografada, há um registro manuscrito que ajuda a entender a circunstância que levou à transferência da organização do congresso da Prefeitura para o MES. Um recado assinado por “Maciel” diz o seguinte: “Prezado amigo, peço fazer as emendas que quiser”. Não há informações sobre quem seria o destinatário, mas fica claro que a resolução atribuída ao ministro foi, na verdade, redigida por Maciel Pinheiro, assim como as demais, e que foi ele, ao que tudo indica, quem sugeriu a passagem do evento para o nível federal.

De fato, em 1952 o Segundo Congresso foi retomado – ao menos como projeto – sob a chancela do MES. A publicação *Casa de Rui Barbosa: resumo histórico de suas atividades*, de Regina Monteiro Real, registra entre as atividades desenvolvida na instituição “estudos para a realização do 2º Congresso de Língua Nacional Cantada” (REAL, 1957, p. 25). Os planos para organização do evento coincidem com a criação do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, quando foram estabelecidas nesse setor uma Comissão de Direito e outra de Filologia.

Alguns dos nomes que integravam a Comissão de Filologia aparecem também entre os membros da comissão criada pela Secretaria Geral de Educação e Cultura para organizar o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada. São eles Antenor Nascentes, Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira, Clóvis Monteiro e o padre Augusto Magne. Portanto, quatro dos seis pesquisadores da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa já tinham algum tipo de relação com a organização do evento desde 1945.

A publicação fornece mais alguns dados que ajudam a entender a incorporação do evento às atividades do Centro de Pesquisa. Informa que “aos 15 de maio de 1956, reuniu-se, na Casa de Rui Barbosa, pela primeira vez, a comissão encarregada de organizar um formulário da língua nacional composta dos professores Antenor Nascentes, Sousa da Silveira e A. Magne” (REAL, 1957, p. 52). Esse projeto estava relacionado ao curso de dialetologia ministrado na instituição pelo linguista Sever Pop, coautor do *Atlas Linguístico da Romênia*. O curso foi organizado por Antenor Nascentes, ocorreu de agosto e setembro de 1954 e teve como resultado a publicação, em dois volumes, das *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*.

A Casa de Rui Barbosa também organizou, em parceria com a Academia Brasileira de Letras, o Congresso Brasileiro de Língua Vernácula. O evento ocorreu no Rio de Janeiro, em outubro de 1949, durante as comemorações do centenário de Rui Barbosa, e resultou da recomendação feita em 1945, na Conferência Inter-Acadêmica de Lisboa

para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, sobre a “reunião, na cidade do Rio de Janeiro, e na primeira oportunidade, de um Congresso de Língua Portuguesa”. Embora o congresso tenha ocorrido antes da criação do Centro de Pesquisa, a Comissão de Filologia coordenou a edição de seus anais, publicados em três volumes, em 1956, 1958 e 1959.

Esses dados mostram que a transferência da iniciativa para a Casa de Rui Barbosa não resultou simplesmente da contratação de pesquisadores que já tinham participado da Comissão Organizadora criada pela Secretaria Geral de Educação e Cultura em 1945. A agenda de trabalho da Comissão Filologia era compatível com a organização de eventos como o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada. Portanto, conhecer a história das tentativas de organização do II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada ajuda a contar a história da FCRB e da institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil.

Na coleção documental encontrada na FCRB, há pelo menos uma fonte sobre o Segundo Congresso redigida por um pesquisador da instituição. Trata-se de um relatório sem data e sem assinatura, que corresponde aos “estudos” referidos por Regina Monteiro Real. O texto, em papel timbrado do MES, tem 5 páginas e se subdivide em três seções. A primeira, intitulada “Antecedentes”, apresenta um breve histórico das tentativas anteriores de organização do evento. O documento traz uma observação reveladora sobre as atividades da Comissão Organizadora, sugerindo que os diversos informes publicados na imprensa a respeito do fluxo de trabalho da Comissão Organizadora eram talvez peças de propaganda baseadas em meias verdades.

Não há elementos que permitam saber se se elaborou regimento para o Congresso, se foram recebidas teses, se aquele temário foi aceito, etc. Parece mesmo que a Comissão Organizadora não chegou a reunir-se, muito embora se encontre cópia de correspondência expedida e recebida, assinada aquela pelo Professor Jacques Raymundo, ou a este dirigida, na qualidade de 1º Secretário da Comissão (RELATÓRIO sobre o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada, p. 3).

Essa informação ajuda a entender tanto os adiamentos sucessivos do congresso quanto a sua divulgação há poucos dias da data prevista para o evento.

A segunda seção do documento, intitulada “Preparação do II Congresso”, propõe que o Centro de Pesquisa assumira a iniciativa sugere a criação, no Centro de Pesquisa, de uma nova Comissão Organizadora, composta de 12 membros, e especifica as atribuições desse grupo de trabalho. A terceira seção, intitulada “Planejamento do Congresso”, detalha ainda mais as providências necessárias para a organização do Segundo Congresso. As sugestões apresentadas tornam a segunda edição bem mais próxima da primeira.

O texto estabelece que os trabalhos serão divididos em três seções – “Linguística, Musicologia e Linguagem Nacional” – e que “o

Congresso será denominado II Congresso de Língua Nacional Cantada, mantendo assim a denominação do Primeiro”. A principal inovação em relação ao evento de 1937 consiste na distribuição de questionários para circunscrever variedades regionais e mapear os recursos para pesquisa linguística disponíveis no país. O relatório propõe a elaboração de

um inquérito a ser distribuído, em todo o país, a pessoas autorizadas, que possam respondê-lo; este inquérito visará ao levantamento das condições atuais da pronúncia brasileira, através das suas peculiaridades regionais. [...] Poderão ser feitos ainda dois inquéritos complementares: um, sobre a existência de gabinete de fonética experimental, cuja criação foi sugerida pelo I Congresso; outro, sobre bibliografia fonética nacional ou estrangeira existente em bibliotecas brasileiras (RELATÓRIO sobre o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada, p. 3-4).

As sugestões indicam o formato que o evento teria adquirido se tivesse sido realizado pela Casa de Rui Barbosa, mas também ajudam a identificar a autoria do próprio documento. Ao assumir o I Congresso da Língua Nacional Cantada como uma espécie de modelo, o texto aponta para Antenor Nascentes como provável autor, já que ele é o único membro da Comissão de Filologia que participou do congresso de 1937.

Essa foi a última fonte da coleção documental encontrada na FCRB a tratar da organização do II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada. A mobilização em torno da iniciativa só foi referida novamente em 1957, na publicação de Regina Monteiro Real. A menção nessa obra de “estudos para a realização do 2º Congresso de Língua Nacional Cantada” confirma que o evento não chegou a ocorrer, mas mostra que, apesar disso, seu planejamento foi considerado algo relevante e digno de registro como atividade do Centro de Pesquisa.

Considerações finais

Embora se apresentasse como continuação da iniciativa idealizada por Mário de Andrade, o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada foi um projeto gestado por educadores e membros da elite intelectual carioca. A convocação do evento foi justificada com argumentos já presentes nos discursos dos participantes da primeira edição, mas num ambiente político, social e cultural marcado por 8 anos de ditadura do Estado Novo os mesmos discursos adquiriam outros sentidos. Nesta medida, o evento convocado inicialmente para 1946 foi motivado por interesses distintos daqueles que mobilizaram os congressistas de 1937.

O principal articulador da iniciativa não era alguém ligado ao campo das artes nem ao estudo da língua, mas um professor de física que se dedicava à divulgação científica na rádio educativa da Prefeitura. A ênfase que Mário de Andrade havia conferido à pronúncia no canto lírico e no teatro seria deslocada para a performance de locutores, rádioatores e cantores nas emissoras de rádio. Isso ocorreu porque na década de

1940, o cinema e a radiodifusão emergiram como espaços de consagração mais importantes que os teatros e as salas de concerto.

Como observou Souza da Silveira, a velocidade da difusão dos avanços tecnológicos da comunicação de massa conferia à fala uma posição central no debate sobre a “língua nacional”. Prova disso é que nas fontes sobre a organização do evento o rádio aparece não apenas como uma ameaça de deturpação da língua ou um instrumento para difusão da pronúncia padrão, mas como espaço de divulgação da própria iniciativa, através da série de palestras com membros da Comissão Organizadora, veiculadas nas noites de sábados pela emissora de rádio da Prefeitura do Distrito Federal.

Também é interessante observar que há semelhanças significativas entre os recursos mobilizados pelo Departamento de Cultura sob a direção de Mário de Andrade e aqueles colocados à disposição do Segundo Congresso pela Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal. Em ambos os casos, a padronização da “língua nacional” tem origem em instituições culturais de nível municipal. Cada uma dessas instituições agregava uma rádio-escola e uma discoteca pública equipada para produzir registros em disco. Ambas se esforçaram para montar seu próprio laboratório de fonética experimental. Neste sentido, parece haver uma relação entre o debate sobre a padronização da pronúncia e as tecnologias de registro, investigação e reprodução da voz humana.

Na documentação a respeito do evento, a homogeneização da língua aparece como uma necessidade indiscutível, baseada no modelo de Estado nacional monolíngue. O texto da resolução de 1945 e os rascunhos posteriores consideram “que a pronúncia do Rio de Janeiro deve ser julgada a norma para o idioma português falado no Brasil”, que ela representa “uma média entre as prosódias brasileiras e lusitanas” e que “deve ser estudada com caráter científico, comparando-se com as outras regiões do país, para que sejam excluídas do padrão as formas estritamente locais”. Ou seja, a pesquisa dialetológica daria suporte à padronização da língua.

O pressuposto é que a pronúncia padrão precisava ser purificada da diversidade das marcas regionais, para ser representativa da unidade nacional. A justificativa para o evento se baseia na ideia de que existe uma pronúncia nacional portuguesa e de que o congresso de 1937 criou uma variedade similar brasileira, que devia ser aperfeiçoada e difundida. Esse raciocínio autorizava a supressão de formas e usos linguísticos que podiam ser verificados empiricamente, em benefício de uma variedade forjada a partir da pronúncia das elites e classes médias cariocas e que nunca chegou a ser usual nem mesmo entre os próprios atores e cantores líricos.

Outro aspecto paradoxal dessa concepção consiste na afirmação da “coesão nacional” por meio da supressão de traços autênticos da identidade linguística brasileira, definindo o padrão de pronúncia

nacional como uma posição intermediária entre o português brasileiro e o europeu. A intervenção sobre a língua era encarada como meio de “civilizar” a sociedade brasileira, mas para que isso ocorresse era necessário que a referência normativa estivesse de algum modo filiada à herança cultural lusitana. Sem essa subordinação ontológica, a norma linguística brasileira teria um status considerado inferior, no sentido de menos civilizado.

A grandiloquência do discurso institucional presente nesses documentos contrasta com a contínua inviabilidade do congresso. Neste sentido, é muito significativa a observação feita por Antenor Nascentes, de que, apesar das correspondências enviadas e recebidas, não há indícios de que a Comissão Organizadora tenha, de fato, se reunido. Ao que parece, a precariedade das condições de trabalho oferecidas pela Prefeitura do Distrito Federal foi dissimulada no discursivo, sobretudo no noticiário sobre os preparativos para o evento. Esse fato também ajuda a entender os pedidos de colaboração científica voluntária enviados a diversas instituições.

O fracasso da iniciativa também parece da ausência de uma figura aglutinadora como foi Mário de Andrade no I Congresso da Língua Nacional Cantada. As declarações de intelectuais ligados à organização da segunda edição mostram uma grande diversidade de perspectivas até mesmo quanto aos objetivos principais do evento. Enquanto Souza da Silveira concordava com as conclusões dos congressistas de 1937 e pensava em políticas linguísticas para implementá-las, Clóvis Monteiro criticava a “preferência desta ou daquela região que se julgue, por qualquer motivo, depositaria de direitos superiores às das demais” e Nelson Vaz considerava desnecessário retomar o debate sobre a padronização da pronúncia no Segundo Congresso, preferindo discutir a criação de um aparato burocrático dedicado ao “policiamento” da língua.

A incorporação do evento às atividades do Centro de Pesquisa da FCRB não resultou na sua realização. No entanto, a documentação a respeito é bastante esclarecedora por destacar a distância que havia entre a primeira edição e a proposta original da segunda edição. As sugestões de Antenor Nascentes indicavam estratégias capazes de viabilizar a realização do congresso, como criar uma nova Comissão Organizadora e manter o formato do evento anterior. Embora não tenha se concretizado, essa iniciativa demonstra o interesse da instituição em contribuir para a padronização da língua e a institucionalização da pesquisa linguística no Brasil.

Referências

ARNOUX, Elvira Narvaja de. La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 23, n. 38, p. 18-42, 2016.

GILIOLI, Renato de Souza Porto. *Educação musical antes e depois de Villa-Lobos e os registros sonoros de uma época*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Defesa da Glotopolítica. In: SAVEDRA, M. M. G.; PEREIRA, T. C. A. S.; LAGARES, X. C. (org.). *Glotopolítica e práticas de linguagem*. Niterói: EdUFF, 2021. p. 11-49.

MONTEIRO, Luciano. *Modernismo como política de língua: o Congresso da Língua Nacional Cantada (1937)*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021a.

MONTEIRO, Luciano. Um padrão de pronúncia para mudar o status da língua falada no Brasil. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 3, p. 621-646, 2021b.

Fontes primárias

ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

INSTALAÇÃO da Comissão Organizadora. Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Institucional, DA 716 (329).

NOTICIÁRIO. *Boletim Geográfico*, ano. 4, n. 44, p. 1004, nov. 1946. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1946_v4_n44_nov.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.

OFÍCIO 12, Ao Exmo. Sr. Presidente da Academia Amazonense de Letras. Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Institucional, DA 716 (329).

RASCUNHO de Resolução do Prefeito do Distrito Federal. Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Institucional, DA 716 (329).

REAL, Regina Monteiro. Casa de Rui Barbosa – resumo de suas atividades. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/casa-de-rui-barbosa-resumo-de-suas-atividades-ocr.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2022.

RELATÓRIO sobre o II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada. Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivo Institucional, DA 716 (329).

A Manhã, Rio de Janeiro, 18/01/1942

A Manhã, Rio de Janeiro, 06/01/1946

A Manhã, Rio de Janeiro, 7/01/1946

A Noite, Rio de Janeiro, 04/01/1946

Brasil-Portugal, Rio de Janeiro, 16/01/1946

Brasil-Portugal, Rio de Janeiro, 16/01/1946

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 07/12/1945

Correio Paulistano, São Paulo, 10/02/1946

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 27/12/1945

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 15/01/1946

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 30/12/1945

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 16/01/1946

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 05/02/1946

Folha da Manhã, São Paulo, 19/01/1946

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 30/12/1946

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 19/12/1945

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 24/03/1946

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 04/06/1946

O Globo, Rio de Janeiro, 05/12/1945

O Globo, Rio de Janeiro, 04/01/1946

O Globo, Rio de Janeiro, 09/01/1946

Resistência, Rio de Janeiro, 30/12/1945

Tribuna Popular, Rio de Janeiro, 11/12/1945

The Debate on Brazilian Standard Pronunciation During the Procedures to the Second Congress of the Spoken and Sung National Language (1945-1952)

ABSTRACT

In 1945, after the end of Estado Novo (New State), some intellectuals decided to revive Mario de Andrade's project of establishing a standard pronunciation discussed at the First Congress on Spoken National Language (1937). The project was initially assigned to the Federal District's General Office for Culture and Education, which failed to take it forward. Eventually, the project was added to the agenda of the Casa de Rui Barbosa Research Center. This article dives into the procedures of the Second Congress of Spoken and Sung National Language, examining its reception in the press, particularly the statements by members of The Organizing Committee and the reactions of newspaper writers. This exploration sheds light on the motivations of this event, how it was planned, and why it did not happen, and frames the organizers' perspective on establishing a standard pronunciation as a glotopolitical project.

Keywords: National language, Linguistic standardization, Glotopolitics, Broadcasting.

Luciano Monteiro é linguista e historiador das ciências: graduado em Letras-Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), doutor em Estudos da Linguagem Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-doutor pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Recebeu o prêmio Capes de melhor tese nas áreas de Linguística e Literatura no ano de 2022. Atualmente é professor substituto de Linguística no Instituto de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).